



01/12/2014 - Adital

Operadores de call centers: baixos salários e trabalho precário violam direitos



Sem regulamentação, normas de salubridade e submetendo os funcionários a constante pressão, os chamados call centers (ou empresas de telemarketing) representam, hoje, um paradigma do atual trabalho precário das cidades. Uma série de reportagens publicadas pela Agência Paco Urondo, da Argentina, mostra que tanto os atendentes que atuam com vendas quanto aqueles que prestam atendimento ao cliente sofrem ritmos de trabalhos que beiram a perseguição por parte das empresas.

"É um trabalho que pode te deixar louco, pode te deixar surdo e várias coisas mais", afirma Alejandro Arazi, diretor do documentário "Cortenla - Um filme sobre call centers", lançado em setembro deste ano na Argentina. Em entrevista à Agência Paco Urondo, Arazi conta que já atuou como operador de telemarketing, trabalho que rendeu inspiração para o filme, mas também a má experiência de quem atua na linha de frente da tensa relação entre empresa e cliente.

Arazi relata que a falta de regulamentação da atividade faz com que não haja convênios trabalhistas que garantam a proteção do trabalhador de call center. Segundo ele, existe um Projeto de Lei na Argentina para regulamentar a atividade, mas que não avança no Parlamento por conta da pressão das câmaras empresariais, acomodadas em não atender às necessidades do trabalhador e baratear os custos de serviço. Nesse cenário, a capacidade de organi-

zação dos trabalhadores do setor também perde, convivendo com uma intensa rotatividade dos que passam pelo cargo e uma política persecutória das empresas. "Dificulta ter uma organização estável", explica o cineasta.

O ex-operador de telemarketing portenho Dío Fuente (pseudônimo) relata que, quando iniciou na atividade, o trajeto ao trabalho passou a ser uma grande angústia. A perspectiva de passar horas em um cubículo cercado de pressão e ligações conflituosas com os clientes fazia com que ele só pensasse em "ir embora". "Não era um simples 'quero ir embora' do trabalho, era um 'quero ir embora' de tudo, da vida", conta. "Depois de um tempo, cerca de seis meses, passou e eu me acomodei ao ritmo de trabalho, me domestiquei ou me automatizei, sem deixar de me sentir fétido a cada jornada", narrou à Agência Paco Urondo.

Fuente conta que, na empresa em que trabalhava, ele tinha que fazer uma série de tarefas como atender a consultas, reclamações, pedidos de informação e tratar da fidelização dos clientes, diferentemente de outras empresas, onde há setores especializados para cada assunto. "Para isso, me acompanhava um PC [computador] bastante lento e castigado, que ia alternando, já que não tinha um posto fixo de trabalho; devia usar diferentes programas para distintas funções", complementa.

O portenho, que trabalhou por três anos na atividade, conta que o tratamento com os clientes também é era grande fator de desgaste físico e emocional. "A histeria das pessoas por não poderem enviar uma mensagem de texto ou por não poderem entrar na Internet, muitas vezes, chegava a se aproximar do desespero. (...) Mas o mais violento era o tratamento da minha líder", afirma. "Não somente me sentia fétido, também me sentia cúmplice da negligência dos serviços que deveriam funcionar como públicos e que são oferecidos por empresas privadas sem o menor interesse nas pessoas", complementa.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731



Problemas de saúde

Dentre os principais problemas que enfrenta o trabalhador desse setor estão: o baixo salário, em primeiro lugar, depois o estado de saúde, ameaçado por problemas de coluna, audição, visão e até psiquiátricos. “ Além da violência que geram os supervisores, nossos chefes. É típica a situação de um supervisor gritar com um companheiro que está a um metro dele”, acrescenta Celia Báez, membro de um corpo de delegados de funcionários da empresa de telemarketing ACC Group.

Regulamentação da atividade

Militante do grupo “ Telemarketers em luta”, que há cinco anos reúne operadores de telemarketing de Buenos Aires (capital argentina), Gustavo Cutelier aponta como demandas urgentes o fim da terceirização no setor e da insalubridade da atividade, além da necessidade de criação do Estatuto do Teleoperador. “ Hoje, todo mundo sabe quais são as más

condições nas quais trabalha um teleoperador, mas isso não é reconhecido no momento da remuneração salarial. Estamos lutando por isso”, afirma.

De acordo com ele, hoje, o operador de call center argentino trabalha em uma jornada reduzida de seis horas diárias. O que a categoria quer é seguir com a carga horária, mas recebendo por uma jornada completa. Além disso, enquanto não possuem regulamentação própria, propõem a adequação dos funcionários aos convênios dos setores para os quais trabalham. “ Ou seja, se o call center trabalha para um banco, queremos que o trabalhador receba de acordo com o convênio bancário”, explica.

Trabalhadores organizados

Ainda que seja uma minoria, trabalhadores de call centers conseguem se organizar para construir um mercado de trabalho mais receptivo para a atividade. Saiba mais sobre essa luta acessando a página do Movimento Livres de Call Center, encabeçado por um grupo de trabalhadores de telemarketing na Argentina. A organização popular reivindica melhores condições de trabalho para os funcionários junto às empresas e ao Poder Público. Assim como esta entidade, o grupo Telemarketers em luta também se articula em torno das principais necessidades desse público.

Para conhecer mais das condições e lutas desses trabalhadores, assista também ao trailer do documentário Cortenla - Um filme sobre call centers, produzido pelo coletivo de audiovisual Ojo Obrero e dirigida por Alejandro Cohen Arazi.

<https://www.youtube.com/watch?v=nZGLwuEb22U>



02/12/2014 - Sinttel

Oi negocia proposta depois de muita conversa

Um dos objetivos da negociação desse ano, era conseguir uma proposta que melhorasse as condições do Acordo coletivo para os mais de 2 mil trabalhadores nas Lojas da Oi em todo o Brasil. E a Comissão de negociação dos Trabalhadores/Fenattel não abriu mão desse objetivo.

Após dois dias de reuniões com a Diretoria da Oi (30/11 e 01/12), conseguiu-se, a duras penas uma proposta tanto para o pessoal das Lojas como para os demais trabalhadores da Oi. Agora é hora de apresentar as propostas e ANALISAR SE VALE À PENA ACEITAR OU NÃO.

LOJAS da Oi – PROPOSTA NEGOCIADA

Em relação às lojas, a Comissão dos Trabalhadores/Fenattel conseguiu, arrancar da empresa e incluir no acordo a criação de um programa de participação nos resultados em abril de 2015.

Conquistou-se, também, um tíquete-extra (inspirado no já existente na Oi), reajustes nos benefícios acima da inflação, bem como sua validade no mês de novembro, que é a data base.

Desta forma, a Comissão da Fenattel entendeu que chegou-se ao limite negocial com relação ao acordo coletivo dos cerca de 2.000 trabalhadores das lojas espalhados país afora.

O Sinttel coloca a proposta para ser apreciada pelos trabalhadores da Paggo.

Serão realizadas assembleias em cada loja:

Veja os itens principais conseguidos na negociação da Comissão de Trabalhadores/Fenattel com a Oi:

Tíquete de R\$ 19,00;
Auxílio-creche de R\$ 190,00;
Auxílio-creche especial de R\$ 370,00;
Auxílio-medicamento de R\$ 330,00 e a adoção do programa de doenças crônicas;
Implantação de um programa de PPR até abril de 2015;

Tíquete-extra de R\$ 300,00.

O Sinttel-ES vai passar em todas as lojas na quinta e na sexta-feira (4 e 5 de dez) para fazer assembleias com todos os/as trabalhadores/as da Paggo.

Operadora Oi: muita conversa!

Com relação ao acordo com a Oi, a discussão foi muito mais difícil, com a empresa não oferecendo nenhum tipo de ganho real nem para salário e nem para benefícios. Ela também negava as já tradicionais antecipações de 13º salário e do Placar, bem como o não fornecimento do tíquete-extra.

A primeira proposta da empresa nessa dia, foi rejeitada em bloco. Era de:

reajuste salarial de 6,34% para salários até R\$ 6.000 e acima um valor fixo de R\$ 340, em janeiro/15;

Tíquete de R\$ 27 em dezembro;

Auxílio-creche de R\$ 380 em dezembro;

Auxílio-creche especial de R\$ 820;

Medicamentos de R\$ 1.113,00 em janeiro.

Esses números não foram aceitos pela Comissão de Trabalhadores/Fenattel. Uma contraproposta foi feita, baseada nos levantamentos feitos com os sindicatos e também nas negociações com as demais operadoras de telecomunicações:

Reajuste salarial de 7% para todos em novembro;

Todos os demais benefícios reajustados em 10% (tíquete, creche, aluguel de veículo, quilometragem, diária, medicamentos, etc...);

Jornada de trabalho para todos de 40h semanais em junho/2015;

Adiantamento de metade do décimo-terceiro em cinco dias após a aprovação;

Adiantamento de um salário do Placar;

Tíquete extra natalino de R\$ 627;

Retorno da antiga política de viagens; H) Folgas nos dias de aniversário e 24 e 31/12 (sem desconto no banco de horas).



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

2º dia de reunião

Já no segundo dia, a posição apresentada pela Oi foi de contemplar apenas algumas de nossas propostas, como o auxílio-creche de R\$ 395,00 e reajustar os salários pela inflação do período (INPC-6,34%). Mas continuava sem reajustar os salários em novembro e nada de antecipações do Placar e do 13º salário. Muito menos o tíquete-extra. Com relação à jornada de trabalho dos companheiros da Planta Interna só concordavam em igualar todos para 40h semanais em novembro/15.

Proposta da Oi é rejeitada de novo

A Comissão dos Trabalhadores/Fenattel tornou a rejeitar, pois não poderia ter Acordo com a Oi, sem que fossem dadas as antecipações, bem como o já esperado tíquete-extra. E insistiu-se no reajuste salarial acima da inflação em consonância com o mercado de telecomunicações.

E os representantes dos trabalhadores apresentaram mais uma contraproposta:

- Reajuste salarial de 7%;
- Tíquete e demais benefícios também com 7%;
- Jornada de 40h em julho;
- Antecipação do décimo terceiro salário em 10/01/15;

Antecipação do Placar de 0,78 salário cinco dias após aprovação;

Antecipação da data-base 2015 para setembro.

A diretoria da Oi, após uma pausa e alguns contatos telefônicos com outros diretores, concordou com mais algumas das propostas da Comissão de Trabalhadores, como a antecipação do 13º Salário em 10/01; reajuste de 7% para tíquete e o auxílio-medicamento. E com relação ao tíquete-extra, propuseram o valor de R\$ 400,00. Quanto à antecipação do Placar propuseram 0,5 salário em 30/12. Mas negaram todas as nossas demais propostas.

Último esforço

A Comissão da dos Trabalhadores/Fenattel focou nos pontos que faltavam, além de insistir em outros considerados fundamentais para que os/as trabalhadores/as, ao final, tivessem uma proposta que atingisse os diversos segmentos da empresa: reajuste salarial de 7% para todos; tíquete-extra de R\$ 600 para todos; jornada de trabalho de 40h em julho para todos; política de diárias e mudança da data-base para setembro. A Oi não aceitou.

Já era noite quando a Comissão conseguiu arranjar uma nova proposta que, agora, apresentamos para a categoria poder apreciar em assembleia.

Proposta negociada com a Oi

- ✓ **Reajuste salarial de 7% para os trabalhadores que recebem até R\$ 2.500 e de 6,34% para os demais, em dezembro;**
- ✓ **Reajuste de 7% nos tíquetes, auxílio-creche, quilômetro rodado e auxílio-medicamentos em novembro;**
- ✓ **Reajuste de 6,34% no aluguel dos veículos em janeiro/2015;**
- ✓ **Jornada de trabalho com 40h igual para todos em setembro/2015;**
- ✓ **Adiantamento de 50% do décimo-terceiro em 10/01/2015;**
- ✓ **Adiantamento de 50% do salário referente ao Placar, com pagamento previsto para cinco dias após aprovação em assembleia;**
- ✓ **Tíquete-extra de R\$ 525,00 com crédito sendo feito cinco dias após aprovação em assembleia;**
- ✓ **Diárias de viagem e mudança da data-base para setembro, com proposta de solução em 90 dias;**
- ✓ **Vigência de dois anos, com rediscussão apenas das cláusulas econômicas em 2015;**
- ✓ **Manutenção de todas as demais cláusulas já existentes.**



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/12/2014 - Sinttel

Está aceita a proposta de Acordo na Vivo/Telefônica

A maior parte dos/as trabalhadores/as capixabas, acompanhando a maioria dos colegas por todo o país, aceitaram a proposta de Acordo Coletivo na Operadora Vivo/Telefônica. Assembleias começaram a ser realizadas na semana passada, dia 25/11 em todas as lojas e no prédio da sede da empresa, terminando nesta segunda-feira, dia 1º de dezembro.

A votação foi secreta e 259 trabalhadores/as votaram, sendo que 155 aceitaram os termos do acordo e 103 recusaram. Na apuração dos votos, encontrou-se apenas uma abstenção.

A divisão dos capixabas que aprovaram e recusaram a proposta da Vivo/Telefônica reflete a proposta medíocre da empresa, que não recupera o poder de compra dos salários, já que o aumento real foi inferior a 1%.

As reuniões com a VIVO/Telefônica aconteciam desde agosto e a empresa empacou na proposta que foi aceita, mas que é medíocre, uma vez que o reajuste é também medíocre (0,65%). Os Sindicatos, representados pela Comissão dos Trabalhadores/Fenattel, rejeitaram a proposta, mas a empresa desafiou que empregados a aceitariam.

A negociação com a Vivo/Telefônica foi muito difícil, pois a empresa propôs tirar direitos e garantias históricas dos trabalhadores, como se estivesse vivendo à míngua. Porém, o que se viu nos últimos meses foi uma gastança: R\$ 22 bilhões de reais (U\$ 7,2 Bi) para comprar a GVT.

Mesmo com os sindicatos mostrando que a empresa só tem beneficiado seus acionistas, não foi o suficiente para que a categoria desse um basta nessa festa.

Proposta aprovada

Reajuste salarial

7%, sem faixa salarial, a partir de 1º de Setembro.

Auxílio-alimentação

Administrativo – ela concede correção de 6,50% nos valores praticados, a partir de 1º setembro/2014.

Lojas – correção de 6,50% nos valores praticados, a partir de 1º setembro/2014. Segunda correção de 9,50% para todos os estados em 1º junho/2015.

Auxílio-creche

Administrativos – Correção de 6,35% nos valores praticados, a partir de 1º setembro/2014

Lojas – Correção de 6,35% nos valores praticados, a partir de 1º setembro/2014. A segunda correção é de 1,54% (total de 8% em julho/2015).

Assistência Médica

E quanto ao plano de saúde, o trabalhador vai passar a pagar uma mensalidade do plano de saúde correspondente a 1% (limitado a R\$ 600,00) em Jan/2015 e de 1,5% em Jul/2015 e coparticipação de 20% sobre consultas, exames simples e pronto socorro e 10% para terapias.

Demais benefícios

Auxílio Creche Especial

Administrativos – Correção de 6,35% sobre o valor atual, em Setembro/2014, passando para R\$ 913,76.

Lojas – Correção de 6,35% sobre o valor, em Setembro/2014, passando para R\$ 285,24.

Reembolso Quilometragem

Correção de 6,35% sobre o valor, em Janeiro/2015, passando para R\$ 0,96. Auxílio Funeral e Quebra de Caixa: correção de 6,35% sobre o valor atual, em Setembro/2014

Banco de Horas

Manutenção do prazo de compensação em 60 dias;

Diante dessa proposta medíocre, veja como a empresa se sobressai: É crescimento do lucro dos acionistas comparado aos 0,65% que a empresa deu de ganho real:

- Investimentos de R\$ 2,6 bilhões no 1º semestre/2014 (+33,5%).

- Lucro líquido de R\$ 2,6 bilhões no 1º semestre/2014 (+53,9%).

- Lucro por ação ordinária: +54,2%.

- Lucro por ação preferencial (com direito a voto) +54,4%.

E para você, que trabalhou duro é de 0,65% de ganho real!



02/12/2014 - Sinttel-ES

Boicote ao cartão Alelo sobra para os trabalhadores da Telemont, Oi e Dacasa

Há dois meses os/as trabalhadores/as da Telemont, Oi e do callcenter da Dacasa vem encontrando dificuldades para gastar o dinheiro do auxílio-alimentação, distribuído por meio cartão Alelo Alimentação, administrado pelo Alelo. Desde dia 15 de novembro, esse cartão não é mais aceito em grandes redes de supermercados, apenas em pequenas padarias e mercearias.

Um dos empregados da Telemont/Oi, técnico em telefonia, Antonio Porto, disse que a sua situação complicou. Segundo ele, o dinheiro está parado no cartão, enquanto precisa de comprar alimentos. Ele disse que algumas mercearias de bairro ainda recebem o cartão, mas isso é ruim, pois os preços das mercadorias são mais altos que nas grandes redes de supermercados.

Boicote às administradoras de cartões alimentação

A negativa em receber os cartões-alimentação Alelo/Visa Vale é um movimento orquestrado pela Associação Capixaba de Supermercados (Acaps) que descredenciou essas empresas por cobrarem de 5 a 10% sobre o valor das vendas. Os lojistas querem taxa zero de administração.

Segundo a Associação, a atitude é um protesto diante das cobranças abusivas das operadoras de tíquete-alimentação. Com isso, não só os trabalhadores da Telemont, Oi e Dacasa, mais de 300 mil

trabalhadores que estão inseridos no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), estão tendo dificuldades para encontrar estabelecimentos comerciais que aceitem o cartão-alimentação.

O presidente da Acaps, João Carlos Devens, afirma que as tarifas administrativas do Visa chegam a custar 5% a 10% das operações e só na Grande Vitória, cerca de 300 lojas deixaram de receber tíquetes Visa Val,e por causa de um aumento nos gastos com a manutenção do sistema. As redes de supermercados Perin, Extrabom,

Epa, Carone, Casagrande, Schwamba participam do boicote.

Hoje, sete operadoras de tíquete operam no Estado, segundo dados do MTE. A Alelo/ Visa Vale assiste a quase 100 mil trabalhadores.

Impasse

Nesse cabo de guerra, quem está sendo derrespeitado é o trabalhador que tem direito a comprar cesta básica e não está podendo. O auxílio-alimentação é um benefício que a empresa dá ao empregado. Em cima dessa vantagem, a empresa paga menos impostos, já que é um programa do Governo Federal, mas quem arca com as taxas de administração dos cartões são os lojistas. Ou seja, todos os custos do negócio recaem para o comerciante, que repassa para o consumidor.



03/12/2014 - Sinttel

A regulação na mídia nos EUA, Venezuela, Reino Unido e Argentina

O PT aprovou, neste final de semana, uma resolução política que pede a criação de um novo marco regulatório para a mídia. O presidente do partido, Rui Falcão, afirmou que a presidente Dilma Rousseff se comprometeu a fazer uma consulta pública sobre a questão no segundo semestre.

Tema polêmico no Brasil, a regulação da mídia ocorre de formas distintas pelo mundo.

Nos Estados Unidos e na Argentina, as normas regulam principalmente temas econômicos – é este tipo de regulação que a presidente Dilma diz querer discutir no próximo mandato.

No Reino Unido, um escândalo de escutas ilegais realizadas por tabloides levou ao estabelecimento de regras polêmicas para jornais, revistas e sites.

Na Venezuela, opositores apontam para restrições à liberdade de expressão, mas movimentos sociais dizem que a lei aumentou o número de meios de comunicação comunitários.

A BBC Brasil mostra como funcionam as regras nestes quatro países.

EUA: Foco é regulação econômica

Os Estados Unidos não têm uma Lei de Imprensa, e a regulamentação da mídia no país é feita por diferentes legislações.

No caso das telecomunicações (rádio, TV aberta e a cabo, internet e telefonia móvel e fixa), a regulação está a cargo da Federal Communications Commission (Comissão Federal de Comunicações, ou FCC, na sigla em inglês), agência independente do governo criada em 1934.

A FCC se dedica principalmente a regular o mercado, com foco nas questões econômicas. O órgão é responsável por outorgar concessões.

A propriedade cruzada de meios de comunicação é proibida. Assim, uma mesma empresa não pode ser proprietária de um jornal e de uma estação de TV ou de rádio na mesma cidade.

Há também regras que impõem certos limites sobre o número de estações de TV e rádio que uma mesma empresa pode controlar em determinado mercado. Esses limites variam de acordo com o tamanho do mercado e têm o objetivo de impedir que um mesmo grupo controle totalmente a audiência em determinado local.

No caso do conteúdo, há no país o entendimento de que este deve ser regulado pelo próprio mercado e pela opinião pública.

No entanto, a FCC age em casos de abuso, quando há a percepção de descumprimento de regras, como a que proíbe a exibição de cenas “indecentes” na TV.

Um dos casos notórios ocorreu em 2004, na exibição do Super Bowl – a final da temporada de futebol americano –, evento que costuma ter a maior audiência televisiva do país.

No show do intervalo, transmitido pela rede CBS, o cantor Justin Timberlake puxou a blusa de Janet Jackson, deixando aparecer seu seio.

Apesar de a imagem ter sido mostrada por menos de um segundo, a FCC multou a CBS em US\$ 550 mil – decisão que depois foi revertida.

Outra regra determina que canais de TV dediquem pelo menos três horas semanais a programas infantis educativos.

A atuação da FCC é acompanhada pelo Congresso americano, a quem a agência presta contas periodicamente. Além disso, o Judiciário também pode intervir.

No caso de mídia impressa, a ideia é que mercado e opinião pública se encarreguem da regulação. Casos de difamação, calúnia e outros tipos de injúria costumam gerar processos na Justiça e resultar na aplicação de multas pesadas.

Leia mais em:

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/a-regulacao-na-midia-nos-eua-venezuela-reino-unido-e-argentina/>



28/11/2014 - Carta Maior

Piketty e a desigualdade de rendas no Brasil: A quanto andamos?

A desigualdade de renda de um país está intimamente atrelada à forma e as condições pelas quais o mercado absorve a mão de obra.

O economista francês Thomas Piketty, autor conhecido por sua obra *O Capital no Século XXI*, em passagem pelo Brasil discorre sobre o nível de desigualdade do mundo e da economia brasileira.

Munido por informações selecionadas de alguns países, informa em sua avaliação que a desigualdade persiste em vários países e talvez em níveis bem maiores do que em outros tempos.

Pesa significativamente o fator patrimonial e familiar que transfere de pais para filhos e netos, e assim sucessivamente, os estoques de riqueza e de direitos, os quais conformam os perfis da desigualdade de rendas entre indivíduos, famílias e domicílios.

O mesmo se dá no caso do Brasil, embora os dados disponíveis não permitam ainda uma análise pertinente e mais cuidadosa por parte dos estudiosos. O que não impede, no entanto, que uma avaliação indireta possa ser feita pelos lucros publicados na mídia de empresas, bancos, financeiras e demais companhias nacionais.

Os percentuais de lucros anuais dessas organizações têm sido, em geral, superiores ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda per capital do brasileiro. O que leva a crer que a desigualdade patrimonial se mantém em nível elevado.

Os dados fornecidos pelo IBGE, tanto do Censo Demográfico, quanto das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), indicam uma queda da desigualdade em relação às rendas individuais, familiares e domiciliares. Na maior parte das respostas individuais fornecidas pelos informantes a renda indicada é a do trabalho. Aquela obtida ou pelo empregado, ou pelo empregador ou pelo autônomo, desde o ambulante ao profissional liberal.

Tomando por base, então, essas duas fontes de

informação, IBGE e balanços publicados na mídia, depreende-se que a desigualdade da renda do trabalho recua nesses últimos anos, mas provavelmente não, ou nem tanto, a distribuição funcional da renda, ou seja, a comparação entre salários pagos e lucros auferidos.

O que importa saber é se os movimentos dos indivíduos das faixas mais baixas para as mais altas de renda vêm acontecendo de maneira significativa e se os diferenciais de renda (entre salários, rendimentos de autônomos, retiradas de sócios, distribuição de lucros, apropriação de dividendos, entre outros) estão reduzindo entre si.

Esses dois tipos principais de movimentos da distribuição de renda são os pilares centrais para a análise criteriosa e objetiva da desigualdade. Um exercício realizado por mim com os dados disponíveis do IBGE foi levado a termo em <http://tomemnota.blogspot.com.br/2014/11/movimentos-das-distribuicoes-de-renda.html> (resumo do estudo feito para o NEPP/ Unicamp disponibilizado em português) e <http://tomemnota.blogspot.com.br/2014/11/income-distribution-movements-case.html> (o mesmo texto em inglês).

Neste estudo, fica demonstrado que as transferências sociais de renda efetuadas pelos programas de governo, como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, PRONATEC, entre outros, de fato e verdadeiramente propiciaram uma melhoria evidente nos ganhos de renda de indivíduos, famílias e domicílios. Boa parte do recuo da desigualdade nos últimos 12 anos a eles se devem.

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/-Piketty-e-a-desigualdade-de-rendas-no-Brasil-A-quanto-andamos-7/32319>



02/12/2014 - Rede Brasil Atual

Ministério Público faz acordo com empresas fornecedoras da Renner

Bolivianos resgatados de oficina devem receber verbas salariais e rescisórias, além de danos morais, com valor de quase R\$ 1 milhão. Eles serão recontratados a partir de fevereiro

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em São Paulo informou hoje (2) ter firmado um termo de ajustamento de conduta (TAC) com duas fornecedoras da Lojas Renner, flagradas com 37 trabalhadores bolivianos em condições análogas à de escravidão. Pelo acordo com as empresas de confecção, serão pagas verbas rescisórias e salariais, além de danos morais para os empregados da oficina quarteirizada. Segundo o MPT, o valor chega a quase R\$ 1 milhão.

Ainda conforme a TAC, as empresas – Kabriolli Indústria e Comércio de Roupas Ltda. e Indústria Têxtil Betilha Ltda. – vão readmitir os trabalhadores a partir de fevereiro do ano que vem, quando termina o pagamento do seguro-desemprego especial. Está prevista ainda uma estabilidade de seis meses. A Procuradoria afirma que o documento "não isenta a responsabilidade da Lojas Renner e nem reconhece a licitude da cadeia produtiva, tendo sido firmado apenas para a imediata proteção dos trabalhadores resgatados e desamparados". Isso sem prejuízo de uma possível ação judicial, inclusive com eventual responsabilização da destinatária dos produtos.

O MPT entende que a Renner pratica "dumping social", prática pela qual uma empresa obtém vantagem financeira por meio da desvalorização da mão de obra para obtenção de lucro e ao se beneficiar de trabalhadores em condições análogas às de escravo. Há um inquérito civil em curso. A empresa recebeu 30 atuações do Ministério do Trabalho e Emprego.

"A Lojas Renner negou-se a reconhecer qualquer responsabilidade no caso, porém as investigações continuam para o dimensionamento de toda a sua responsabilidade", diz o Ministério Público, em nota.

A fiscalização, realizada entre outubro e novembro, foi resultado de operação conjunta entre a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) em São Paulo, o Ministério Público e a Defensoria Pública da União. Foram encontrados 37 costureiros bolivianos, incluindo uma adolescente.

"A oficina é de propriedade de uma boliviana e fornecia alojamento e alimentação aos trabalhadores, cujos valores eram abatidos em seus rendimentos", informa o MPT. "Os dormitórios eram divididos por madeira e às vezes por cortinas de tecido, com falta de higiene e privacidade, com botijões de gás empilhados e alimentos armazenados em locais impróprios."

Havia um registro de ponto indicando jornada média de oito horas diárias, mas a fiscalização constatou que o expediente começava às 7h e ia até as 21h, "havendo semanas em que trabalhavam até 70 horas". Também foi apurada fraude no pagamento: oficialmente, os salários eram mensais e fixos, com holerites assinados, mas na prática os trabalhadores eram pagos com base na quantidade de peças produzidas, "cuja retribuição variava de R\$ 0,30 a R\$ 1,80 por peça". Ainda assim, parte dos rendimentos ficam retidos com a chefe da oficina.